

JOHN LOCKE

**ENSAIO ACERCA DO
ENTENDIMENTO HUMANO**

Tradução de Anoar Aiex

NOVA CULTURAL

Fundador
VICTOR CIVITA
(1907-1990)



Editora Nova Cultural Ltda.

Copyright © desta edição 1999, Editora Nova Cultural Ltda.

Rua Paes Leme, 524 - 10º andar
CEP 05424-010 - São Paulo - SP.

Coordenação Editorial: Janice Florido
Chefe de Arte: Ana Suely Dobón
Paginação: Nair Fernandes da Silva

Direitos exclusivos sobre as traduções deste volume:
Editora Nova Cultural Ltda., São Paulo

Direitos exclusivos sobre "Locke - Vida e Obra":
Editora Nova Cultural Ltda.

Impressão e acabamento: Gráfica Círculo

ISBN 85-13-00906-7

Venda permitida somente em conjunto com edições de jornais

CARTA AO LEITOR

LEITOR,

Coloco em suas mãos o que tem sido o passatempo de algumas de minhas horas mais ociosas e difíceis. Se tiver a boa sorte de mostrar-se assim para alguns de vocês, e se você tiver ao lê-lo apenas a metade do prazer que tive ao escrevê-lo, você pensará tão pouco sobre seu dinheiro como eu acerca de meus mal empregados sofrimentos. Não interprete isso como uma recomendação ao meu trabalho, nem conclua, com base no prazer que tive ao escrevê-lo, que eu esteja por isso apaixonadamente cativado por minha realização. Quem vai caçar cotovias e pardais pratica tanto esporte, embora as emoções sejam menores, quanto a pessoa que se dedica a jogos mais interessantes. Assim, entende muito mal o assunto deste tratado, isto é, o Entendimento, quem desconhece que, por se tratar da faculdade mais nobre da alma, ele é utilizado com maior e mais constante alegria do que outra qualquer. Sua busca da verdade consiste numa espécie de falcoaria, que implica aceitar a própria perseguição como considerável aspecto de prazer. Cada passo dado pela mente em seu progresso na direção do Conhecimento revela, ao menos por ora, algum descobrimento não só novo como o mais apropriado.

Trata-se, portanto, leitor, do entretenimento de quem liberou seus próprios pensamentos e os foi registrando à medida que escrevia, não lhe cabendo invejar-me, pois lhe ofereço oportunidade para divertimento semelhante, se à medida que o for lendo recorrer aos seus próprios pensamentos. É a eles, se lhes são próprios, que me refiro; mas, se dependerem da crença de outrem, deixa de ser importante saber o que são, pois não decorrem da verdade mas de alguma consideração mais desprezível, e não vale a pena se preocupar com o que disse ou pensa quem diz ou pensa tão-somente de acordo com a orientação de outrem. Se você julgar por si mesmo, estou seguro que julgará honestamente, e não serei, pois, prejudicado ou ofendido, seja qual for sua crítica. Embora seja certo que nada haja neste trabalho acerca da verdade que não tenha se baseado em minha total persuasão, apesar disso, considero-me tão sujeito ao erro como, penso, você, e sei que este livro depende de você para perdurar ou fracassar, não por causa de minha opinião, mas devido a sua própria opinião. Se você descobrir pouca coisa nele que lhe seja nova ou instrutiva, não deve por isso me acusar. Não é endereçado aos que já

dominaram este assunto e com o qual se encontram profundamente familiarizados através de seus próprios pensamentos, mas visa a minha própria informação e satisfação de alguns amigos que reconheceram não ter considerado o assunto suficientemente. Se fosse adequado incomodá-lo com a história deste Ensaio, deveria dizer-lhe que cinco ou seis amigos reunidos em meu quarto e discorrendo acerca de assunto bem remoto do presente, ficaram perplexos, devido às dificuldades que surgiram de todos os lados. Após termos por certo tempo nos confundido, sem nos aproximarmos de nenhuma solução acerca das dúvidas que nos tinham deixado perplexos, surgiu em meus pensamentos que seguimos o caminho errado, e, antes de nós nos iniciarmos em pesquisas desta natureza, seria necessário examinar nossas próprias habilidades e averiguar quais objetos são e quais não são adequados para serem tratados por nossos entendimentos. Propus isto aos meus companheiros, que prontamente concordaram, e, portanto, foi aceito que esta deveria ser nossa primeira investigação. Alguns pensamentos precipitados e mal digeridos, jamais considerados acerca deste assunto, foram sugeridos para nossa próxima reunião e forneceram o primeiro tópico deste discurso, que, tendo começado por acaso, foi continuado por solicitação, escrito por parcelas incoerentes e, depois de longos intervalos de abandono, reiniciado de novo, segundo meu temperamento ou ocasião o permitiam, e, finalmente, devido à doença que me obrigou a me isolar e deu-me lazer, foi organizado na ordem em que lhe é apresentado.

Esta maneira descontínua de escrever deve ter ocasionado, além de outros, dois defeitos opostos, a saber, excesso e escassez de informações. Se você descobrir algo faltando, ficarei muito contente em saber que o que escrevi deu-lhe ensejo para solicitar-me que deveria ter-me estendido no assunto. Se lhe parece demasiado, você deve criticar o assunto, pois, quando coloquei a pena sobre o papel, pensei que tudo que deveria escrever acerca do assunto deveria ser contido apenas numa folha. À medida, porém, que prosseguia, aumentava o projeto que tinha; novos descobrimentos levaram-me adiante e, deste modo, cresceu insensivelmente e chegou ao tamanho em que agora aparece. Não negarei que possivelmente seu tamanho deva ser reduzido, e que algumas porções dele sejam resumidas, já que, por ter sido escrito, como disse, por etapas e com longos intervalos de interrupção, resultou em algumas repetições. Mas, para ser franco, encontro-me, presentemente, muito preguiçoso, ou muito ocupado, para revê-las e reduzi-las.

Não ignoro quão pouco levo em consideração minha própria reputação, já que reconhecidamente o deixo continuar com um defeito, tão apropriado para desagradar aos mais judiciosos, que sempre são os leitores mais agradáveis. Mas quem estiver familiarizado com a indolência e se contenta com qualquer desculpa me perdoará se a minha terminou por dominar-me, pois, penso, a tenho em muito boa dose. Não alegarei, portanto, em minha defesa, que a mesma noção possa, pelo fato de ter diferentes sentidos, servir ou ser necessária para provar ou ilustrar várias partes do mesmo discurso, o que acontece em diversas partes deste. Deixando isso de lado, reconhecerei francamente que por vezes tratei longamente do mesmo argumento, e o expressei de modos diferentes, com um desígnio bem diferente.

Não pretendo publicar este Ensaio visando a informar os homens de pensamentos notáveis e perspicácia, pois, em relação a tais mestres do conhecimento, considero-me um estudante, e, portanto, os aviso de antemão a não esperar nada aqui exceto o que, tendo sido desfiado de meus pensamentos grosseiros, é apropriado para homens de minha própria estatura, aos quais, talvez, não será inaceitável que tenha me esforçado para tornar claro e familiar aos seus pensamentos certas verdades que o preconceito estabeleceu, ou o aspecto abstrato das próprias idéias que pode torná-las difíceis. Alguns objetos precisaram ser encarados de todos os lados, e, quando a noção é nova, como admito que algumas dessas são para mim, ou apartadas do caminho ordinário, como suspeito que aparecerão a outrem, não será uma simples apresentação disto que fará com que seja aceita por cada entendimento, ou para fixá-la como uma impressão clara e permanente. Acredito que poucos não observam por si próprios, ou, em outros, que o que tinha sido proposto de maneira muito obscura tornou-se muito claro e inteligível mediante outro meio para expressá-lo, embora a mente tenha depois encontrado pouca diferença nas frases, e indagado por que uma foi menos entendida que outra. Mas nem tudo incide da mesma maneira na imaginação de todo homem. Nossos entendimentos não são menos diferentes que nossos paladares. Na verdade, os que me aconselharam a publicá-lo, aconselharam-me, por esta razão, a publicá-lo como está: e, desde que fui levado a deixá-lo aparecer, desejo que seja entendido por quem se dê ao trabalho de lê-lo. Tenho tão pouco interesse em ver impressas minhas obras que, se não estivesse persuadido de que este Ensaio poderia ser de alguma utilidade aos outros, como penso que o foi para mim, ter-me-ia contentado em mostrá-lo a alguns amigos que mo inspiraram. Portanto, minha manifestação pela imprensa tem o propósito de ser tão útil quanto possível; por isso julgo necessário tornar o que tenho a dizer fácil e inteligível a toda espécie possível de leitores. E prefiro que o tipo especulativo e perspicaz reclame de eu ser até certo ponto monótono, a que quem não está habituado com especulações abstratas, ou esteja imbuído de noções diferentes, acabe por se equivocar ou não compreender meu pensamento.

Possivelmente será criticado como exemplo notável de vaidade ou insolência de minha parte pretender instruir a nossa sábia época; esta crítica é, no entanto, menos significativa quando concordo com a publicação deste Ensaio com o fito de que seja útil a outrem.

A comunidade científica de nossa época não se encontra sem um arquiteto, cujos notáveis desenhos, impulsionando o progresso das ciências, deixarão monumentos permanentes à posteridade. Mas nem todos devem almejar ser um Boyle ou um Sydenham, e numa época em que são produzidos mestres como o notável Huygenius e o incomparável Newton, e outros da mesma estirpe, consiste em suficiente ambição ser empregado como um trabalhador inferior, que limpa um pouco o terreno e remove parte do entulho que está no caminho do conhecimento. Certamente, o mundo estaria muito mais adiantado se o esforço de homens engenhosos e perspicazes não estivesse tão embaraçado pela erudição e pelo uso

frívolo de termos desconhecidos, afetados e ininteligíveis, introduzidos nas ciências, e fazendo disso uma arte a tal ponto de a filosofia, que nada mais é do que o verdadeiro conhecimento das coisas, tornar-se imprópria ou incapaz de ser apreciada pela sociedade mais refinada e nas conversas eruditas. Formas vagas e sem significado de falar, e abuso da linguagem, têm por muito tempo passado por mistérios da ciência; palavras difíceis e mal empregadas, com pouco ou nenhum sentido, têm, por prescrição, tal direito que são confundidas com o pensamento profundo e o cume da especulação, sendo difícil persuadir não só os que falam como os que os ouvem que são apenas abrigos da ignorância e obstáculos ao verdadeiro conhecimento. Suponho que interromper o santuário da vaidade e da ignorância será de alguma utilidade para o entendimento humano, embora poucos estejam aptos a pensar que enganam ou são enganados pelo uso das palavras, ou que a linguagem da seita a que pertencem tem qualquer defeito que deva ser examinado e corrigido. Espero, pois, ser perdoado se tratei longamente desse assunto no Livro Terceiro, em que tentei fazê-lo de modo simples, para que nem o radicalismo do dano, nem o predomínio do costume, sejam desculpas aos que não se preocupam com o significado de suas próprias palavras e não empreendem uma pesquisa sobre o significado de suas expressões.

INTRODUÇÃO

1. INVESTIGAÇÃO do entendimento, agradável e útil. Desde que o *entendimento* situa o homem acima dos outros seres sensíveis, e dá-lhe toda vantagem e domínio que tem sobre eles, consiste certamente num tópico, ainda que, por sua nobreza, merecedor de nosso trabalho de investigá-lo. O entendimento, como o olho, que nos faz ver e perceber todas as outras coisas, não se observa a si mesmo; requer arte e esforço situá-lo a distância e fazê-lo seu próprio objeto. Quaisquer que sejam as dificuldades que estejam no caminho desta investigação, por mais que permaneçamos na escuridão sobre nós mesmos, estou seguro que toda a luz que possamos lançar sobre nossas mentes, todo conhecimento que possamos adquirir de nosso entendimento, não será apenas muito agradável, mas nos trará grande vantagem ao orientar nossos pensamentos na busca de outras coisas.

2. Desígnio. Sendo, portanto, meu propósito investigar a origem, certeza e extensão do *conhecimento humano*, juntamente com as bases e graus da *crença*, *opinião* e *assentimento*, não me ocuparei agora com o exame físico da mente; nem me inquietarei em examinar no que consiste sua essência; nem por quais movimentos de nossos espíritos, ou alterações de nossos corpos, chegamos a ter alguma *sensação* mediante nossos órgãos, ou quaisquer *idéias* em nossos entendimentos; e se, em sua formação, algumas daquelas idéias, ou todas dependem ou não da matéria. Embora tais especulações sejam curiosas e divertidas, rejeitá-las-ei por estarem fora do caminho no qual estou agora empenhado. Ao meu presente propósito será suficiente considerar as faculdades discernentes do homem, e como elas são empregadas sobre os objetos que lhes dizem respeito. E imaginarei que não terei divagado em pensamentos surgidos nessa ocasião se, mediante este simples método histórico, puder dar algum relato dos meios pelos quais nossos entendimentos alcançam as noções das coisas que possuímos, e puder estabelecer algumas medidas de certeza e nosso conhecimento, ou as bases dessas persuasões que são encontradas entre os ho-

mens, tão variados, diferentes e inteiramente contraditórios. E, ademais, certificado algum lugar ou outro com tal segurança e confiança, para quem toma em conta as opiniões da humanidade, observa sua posição e, ao mesmo tempo, considera o afeto e a devoção com os quais elas são enlaçadas, a resolução e avidez por meio das quais elas são mantidas, há talvez razão para suspeitar que não há de modo algum tal coisa como a verdade, ou que a humanidade não tem meios suficientes para alcançar dela um conhecimento certo.

3. Método. Vale a pena, portanto, pesquisar os limites entre a opinião e o conhecimento, e examinar por quais medidas devemos regular nosso assentimento e moderar nossas persuasões a respeito das coisas de que não temos conhecimento certo. Com vistas a isso, seguirei o seguinte método:

Primeiro, investigarei a origem daquelas *idéias*, *noções*, ou qualquer outra coisa que lhe agrade denominar, que o homem observa, e é consciente de que as tem em sua mente, e o meio pelo qual o entendimento chega a ser delas provido.

Segundo, tentarei mostrar que conhecimento e entendimento tem dessas idéias, e a certeza, evidência e extensão delas.

Terceiro, farei alguma investigação acerca da natureza e fundamentos da *fé*, ou *opinião*; entendo isto como o assentimento que damos para qualquer proposição como verdadeira, ou dessas verdades de que ainda não temos conhecimento certo. Teremos, assim, ocasião para examinar as razões e graus do *assentimento*.

4. É útil saber a extensão de nossa compreensão. Se por esta investigação acerca da natureza do entendimento puder descobrir seus poderes, até onde penetram, para que coisas estão em algum grau ajustados, e onde nos são deficientes, suponho que isso pode servir para persuadir a ocupada mente do homem e usar mais cautela quando se envolve com coisas que excedem sua compreensão, parar quando o assunto é muito extenso para suas forças e permanecer em silenciosa ignorância acerca dessas coisas que o exame revelou estarem fora do alcance de nossas capacidades. Não seríamos, talvez, tão precipitados, devido à presunção de um conhecimento universal, a ponto de levantarmos questões, e de nos confundirmos e aos outros com disputas sobre coisas para as quais nossos entendimentos não são adequados e das quais não podemos formar em nossas mentes nenhuma percepção clara e distinta, ou de que (como tem, talvez, acontecido com muita freqüência) não temos de modo algum nenhuma noção. Se pudermos descobrir até onde o entendimento pode se estender, até onde suas faculdades podem alcançar a certeza, e em quais casos ele pode apenas julgar e adivinhar, saberemos como nos contentar com o que é alcançável por nós nesta situação.

5. **Nossa capacidade adequada para nossa situação e assuntos.** Embora a compreensão de nossos entendimentos não corresponda à vasta extensão de coisas, ainda assim teremos suficiente motivo para glorificar a generosidade de nosso Autor, por esta porção e grau de conhecimento outorgados a nós por ele, superiores aos outros habitantes desta nossa morada. Os homens têm razão para estar bem satisfeitos com o que Deus pensou que lhes era adequado, pois ele lhes deu, como diz São Pedro, *pánta pròs zoèn kai eusebeian*, tudo o que é necessário para as conveniências da vida e informação da virtude, e colocou ao alcance de sua descoberta provisão suficiente para esta vida e o meio que leva para uma melhor. Por mais restrito que esteja seu conhecimento de uma compreensão perfeita ou universal do que quer que seja, ainda assim as importantes preocupações dos homens são asseguradas de luz suficiente para alcançar o conhecimento de seu Criador e a observação de seus próprios deveres. Os homens encontram suficiente matéria para ocupar suas cabeças e empregar suas mãos com variedade, deleite e satisfação, se não discordarem afoitamente de sua própria constituição e rejeitarem as bênçãos com as quais suas mãos estão supridas, porque não são suficientemente grandes para agarrar tudo. Não teremos motivos para nos queixar da estreiteza de nossas mentes se as empregarmos tão-somente no que nos é utilizável e para o que são muito capazes; pois não será apenas imperdoável, como impertinente criancice, se menosprezarmos as vantagens de nosso conhecimento e descuidarmos de aperfeiçoá-lo para os fins aos quais nos foi dado, porque certas coisas se encontram fora de seu alcance. Não constitui desculpa para um servo frívolo e rebelde, que não cuida de seus negócios usando luz de vela, alegar que lhe faltava a plena luz solar. A vela que foi colocada em nós brilha o suficiente para todos os nossos propósitos. As descobertas que podemos fazer com isso devem satisfazer-nos; devemos, então, usar nossos entendimentos corretamente, quando levamos em consideração todos os objetos deste meio e em que proporção se ajustam às nossas faculdades, em cujos fundamentos nos podem ser propostos; não necessitam de demonstração dogmática e imoderada, exigindo apenas a certeza alcançável pela probabilidade, que é suficiente para orientar todos os nossos assuntos. Se descrermos de tudo porque não podemos conhecer rigorosamente todas as coisas, deveríamos imitar os que não se utilizam de suas pernas, permanecendo parados e morrendo, porque lhes faltam asas para voar.

6. **O conhecimento de nossa capacidade, uma cura para o ceticismo e a ociosidade.** Quando conhecermos nossa própria força, saberemos melhor o que intentar com esperanças de êxito; e quando tivermos examinado com cuidado os *poderes* de nossas mentes, e feito alguma avaliação acerca do que podemos esperar deles, não tenderemos a ficar inativos, deixando de pôr nossos pensamentos em atividade, pelo desespero de nada conhe-

cermos; nem, por outro lado, poremos tudo em dúvida e renunciaremos a todo conhecimento, porque algumas coisas não são compreendidas.

É de grande utilidade para o marinheiro saber a extensão de sua linha, embora não possa com ela sondar toda a profundidade do oceano. É conveniente que saiba que ela é suficientemente longa para alcançar o fundo dos lugares necessários para orientar sua viagem, e preveni-lo de esbarrar contra escolhos que podem destruí-lo. Não nos diz respeito conhecer todas as coisas, mas apenas as que se referem à nossa conduta. Se pudermos descobrir aquelas medidas por meio das quais uma criatura racional, posta nesta situação do homem no mundo, pode e deve dirigir suas opiniões e ações delas dependentes, não deveremos nos molestar porque outras coisas escapam ao nosso conhecimento.

7. Motivo deste Ensaio. Foi isso que deu, no início, nascimento a este *Ensaio acerca do Entendimento*. Pensei que o primeiro passo para satisfazer a várias indagações, às quais a mente do homem estava bem apta para tender, seria o de investigar nossos próprios entendimentos, examinar nossos próprios poderes e ver para que coisas eles estão adaptados. Até que isto fosse feito, suspeitava que começava pelo lado errado, e em vão procurava satisfação numa tranqüila e segura posse das verdades que mais nos dizem respeito, se deixássemos nossos pensamentos soltos num vasto oceano do ser como se todas estas extensões ilimitadas fossem de posse natural e indubitável de nossos entendimentos, em que não haveria nada que não dependesse de suas decisões, ou que escapasse à sua compreensão. Ampliando suas investigações além de suas capacidades, e deixando seus pensamentos vagarem em profundezas a tal ponto de lhes faltar apoio seguro para o pé, não é de admirar que os homens levantem questões e multipliquem disputas acerca de assuntos insolúveis, servindo apenas para prolongar e aumentar suas dúvidas, e para confirmá-los ao fim num perfeito ceticismo. Sendo bem examinadas as capacidades de nossos entendimentos, divisando o horizonte entre as partes iluminadas e as escuras das coisas — entre o que podemos e não podemos compreender —, os homens concordariam, talvez com menos escrúpulos, em reconhecer nossa ignorância acerca de umas coisas, e empregariam seus pensamentos e discursos com mais proveito e satisfação na resolução de outras.

8. O que significa "idéia". Julguei necessário dizer tudo isso acerca do motivo desta investigação do entendimento humano. Mas, antes de prosseguir no que pensei sobre este assunto, aproveito esta oportunidade para pedir perdão ao meu leitor pelo uso freqüente da palavra *idéia*, que ele encontrará adiante no tratado. Julgo que, sendo este o termo mais indicado para significar qualquer coisa que consiste no *objeto* do entendimento quando o homem pensa, usei-o para expressar qualquer coisa que

pode ser entendida como fantasma, noção, espécie, ou tudo o que pode ser empregado pela mente pensante; e não pude evitar seu uso freqüente. Suponho que me será facilmente concedido que há tais *idéias* nas mentes dos homens. Cada um tem consciência delas em si mesmo e as palavras e ações dos homens o persuadirão de que elas existem nos outros. Portanto, nossa primeira investigação consistirá em verificar como elas aparecem na mente.

LIVRO I

NEM OS PRINCÍPIOS
NEM AS IDÉIAS SÃO INATAS

CAPÍTULO I

NÃO HÁ PRINCÍPIOS INATOS NA MENTE

1. A maneira pela qual adquirimos qualquer conhecimento constitui suficiente prova de que não é inato. Consiste numa opinião estabelecida entre alguns homens que o entendimento comporta certos *princípios inatos*, certas noções primárias, *koinai énoiai*, caracteres, os quais estariam estampados na mente do homem, cuja alma os recebera em seu ser primordial e os transportara consigo ao mundo. Seria suficiente para convencer os leitores sem preconceito da falsidade desta hipótese se pudesse apenas mostrar (o que espero fazer nas outras partes deste tratado) como os homens, simplesmente pelo uso de suas faculdades naturais, podem adquirir todo conhecimento que possuem sem a ajuda de impressões inatas e podem alcançar a certeza sem nenhuma destas noções ou princípios originais.

2. O assentimento geral consiste no argumento mais importante. Não há nada mais ordinariamente admitido do que a existência de certos *princípios*, tanto *especulativos* como *práticos* (pois referem-se aos dois), com os quais concordam universalmente todos os homens. À vista disso, argumentam que devem ser uniformes as impressões recebidas pelas almas dos homens em seus seres primordiais, que, transportadas por eles ao mundo, mostram-se tão necessárias e reais como o são quaisquer de suas faculdades inatas.

3. O acordo universal não prova o inatismo. O argumento derivado do acordo universal comporta o seguinte inconveniente: se for verdadeiro que existem certas verdades devido ao acordo entre todos os homens, isto deixará de ser uma prova de que são inatas, se houver outro meio qualquer para mostrar como os homens chegam a uma concordância universal acerca das coisas merecedoras de sua anuência. Suponho que isso pode ser feito.

4. "O que é, é", e "É impossível para uma mesma coisa ser e não ser" não são universalmente aceitas. Mas, o que é pior, este argumento da anuência universal, usado para provar princípios inatos, parece-me uma demonstração de que tal coisa não existe, porque não ha nada passível de receber de todos os homens um assentimento universal. Começarei pelo argumento especulativo, recorrendo a um dos mais glorificados princípios da demonstração, ou seja, "qualquer coisa que é, é" e "é impossível para a mesma coisa ser e não ser", por julgá-los, dentre todos, os que mais merecem o título de inatos. Estão, ademais, a tal ponto com a reputação firmada de máximas universalmente aceitas que, indubitavelmente, seria considerado estranho que alguém tentasse colocá-las em dúvida. Apesar disso, tomo a liberdade para afirmar que estas proposições se encontram bem distantes de receber um assentimento universal, pois não são conhecidas por grande parte da humanidade.

5. Não se encontram naturalmente impressas na mente porque não são conhecidas pelas crianças, idiotas etc. Em primeiro lugar, é evidente que não só todas as crianças, como os idiotas, não possuem delas a menor apreensão ou pensamento. Esta falha é suficiente para destruir o assentimento universal que deve ser necessariamente concomitante com todas as verdades inatas, parecendo-me quase uma contradição afirmar que há verdades impressas na alma que não são percebidas ou entendidas, já que imprimir, se isto significa algo, implica apenas fazer com que certas verdades sejam percebidas. Supor algo impresso na mente sem que ela o perceba parece-me pouco inteligível. Se, portanto, as crianças e os idiotas possuem almas, possuem mentes, dotadas destas impressões, devem inevitavelmente percebê-las, e necessariamente conhecer e assentir com estas verdades; se, ao contrário, não o fazem, tem-se como evidente que essas impressões não existem. Se estas noções não estão impressas naturalmente, como podem ser inatas? E se são noções impressas, como podem ser desconhecidas? Afirmer que uma noção está impressa na mente e, ao mesmo tempo, afirmar que a mente a ignora e jamais teve dela conhecimento, implica reduzir estas impressões a nada. Não se pode afirmar que qualquer proposição está na mente sem ser jamais conhecida e que jamais se tem disso consciência. Se isso é possível, segue-se por semelhante razão que todas as proposições verdadeiras, sem que a mente seja jamais capaz de lhes dar o assentimento, podem ser afirmadas como pertencentes à mente onde se encontram impressas, visto que, se algo é considerado abarcado pela mente, embora não seja ainda conhecido, deve ser apenas porque se é capaz de conhecê-lo; e, assim, a mente é formada por todas as verdades que sempre conhecerá. Deste modo, estas verdades devem estar impressas na mente, que nunca nem jamais as conhecerá, pois um homem pode viver longamente, e, finalmente, morrer ignorando muitas verdades que

sua mente seria capaz de conhecer, o que o faria com certeza. Portanto, se a capacidade de conhecer consiste na impressão natural disputada, decorre da opinião que cada uma das verdades que um homem jamais chegará a conhecer será considerada inata. Este ponto importante não equivale a nenhuma outra coisa, apenas realça uma maneira inadequada de falar; embora visando a afirmar o contrário, nada afirma de diverso dos que negam os princípios inatos. Penso que ninguém jamais negou que a mente seria capaz de conhecer várias verdades. Afirmando que a capacidade é inata, mas o conhecimento adquirido. Mas, então, qual a finalidade desta controvérsia acerca de certas máximas inatas? Se as verdades podem estar impressas no entendimento sem que as perceba, não diviso a existência de nenhuma diferença entre quaisquer verdades que a mente é capaz de conhecer, com respeito a sua origem: todas devem ser inatas ou todas adquiridas, em vão uma pessoa tentará distingui-las.

6. **Encontram resposta dizendo que os homens sabem quando chegam ao uso da razão.** Para evitar isto, responde-se ordinariamente que todos os homens sabem e com elas aquiescem *quando chegam ao uso da razão*, e que isto é suficiente para prová-las inatas.

7. Esta resposta deve significar uma de duas coisas: logo que os homens começam a usar a razão, estas supostas inscrições nativas passam a ser por eles conhecidas e observadas, ou que o uso e exercício da razão dos homens os auxilia na descoberta deste princípio, fazendo com que estes, certamente, se tornem conhecidos para eles.

8. **Se a razão os descobre, não é uma prova de que são inatos.** Se querem dizer que mediante o uso da razão os homens podem descobrir estes princípios, sendo isto suficiente para prová-los inatos, esta maneira de arguir implicará o seguinte: sejam quais forem as verdades reveladas pela razão, e com as quais somos levados por ela a concordar com firmeza, todas estas verdades encontram-se naturalmente impressas na mente, uma vez que o assentimento universal (suposta sua marca característica) não equivale a mais do que isto: pelo uso da razão somos capazes de alcançar certo conhecimento e concordar com ele. Por este meio, não haverá diferença entre as máximas dos matemáticos e os teoremas deduzidos delas, devendo tudo ser igualmente suposto inato, sendo todas as descobertas realizadas pelo uso da razão, e as verdades que uma criatura racional deve, certamente, conhecer, se aplicar seus pensamentos desta maneira correta.

9. **É falso que a razão os descobre.** Como podem, todavia, estes homens pensar que o uso da razão é necessário para descobrir princípios que são supostos inatos, quando a razão (se podemos acreditá-lo) nada

mais é do que a faculdade de deduzir verdades desconhecidas de princípios ou proposições já conhecidos? Isto, certamente, nunca pode ser pensado inato, se necessitamos da razão para o descobrir, a menos que, como disse, consideremos inatas todas as verdades infalíveis que a razão nos ensina. Podemos igualmente pensar o uso da razão necessário para fazer nossos olhos descobrirem objetos visíveis, como deveria haver necessidade da razão, ou de seu exercício posterior, para fazer o entendimento ver o que está originalmente gravado nele, e não pode estar no entendimento antes de ter sido percebido. Deste modo, para fazer a razão descobrir estas verdades assim impressas, seria o mesmo que dizer que o uso da razão revela ao homem o que antes já conhecia; e se os homens têm estas verdades inatas impressas originalmente, e antes do uso da razão, permanecendo delas ignorantes até atingirem o uso da razão, consiste em afirmar que os homens, ao mesmo tempo, as conhecem e não as conhecem.

10. Dir-se-á, talvez, que as demonstrações matemáticas, e outras verdades que não são inatas, não são aceitas tão logo propostas, distinguindo-se, assim, dessas máximas e de outras verdades inatas. Terei oportunidade de abordar mais pormenorizadamente no futuro o assentimento acerca da primeira proposição. No momento, concederei apenas, e de modo breve, que estas máximas e as demonstrações matemáticas diferem nisto: uma tem necessidade da razão, do uso de provas, para demonstrá-la e receber nosso assentimento, a outra, porém, tão logo entendida, é, sem o menor raciocínio, compreendida e assentada.

11. Quem se propuser a refletir sem muita atenção acerca das operações do entendimento descobrirá que o pronto assentimento da mente com referência a algumas verdades não depende de uma inscrição natural ou do uso da razão, mas de uma faculdade da mente bem distinta das duas, como veremos adiante. A razão, portanto, não contribui para ocasionar nosso assentimento a estas máximas, e afirmar que os "homens sabem e concordam com elas, quando chegam ao uso da razão", querendo com isso dar a entender que o uso da razão nos auxilia no conhecimento destas máximas, é inteiramente falso; e, se isto fosse verdadeiro, provaria que elas não são inatas.

12. A posse do uso da razão não corresponde ao instante em que chegamos a conhecer estas máximas. Se conhecê-las e aceitá-las "quando possuímos o uso da razão" significa que este é o instante em que as observamos através da mente; e, logo que as crianças tenham posse do uso da razão, igualmente conhecem e concordam com estas máximas; tudo isto é igualmente falso e frívolo. Primeiro, consiste numa falsidade porque é evidente que estas máximas não se encontram na mente tão cedo quanto

o uso da razão, e, portanto, a posse do uso da razão é falsamente assinalada como o instante de sua descoberta. Quantos exemplos do uso da razão podemos observar nas crianças muito tempo antes de terem qualquer conhecimento desta máxima, "que é impossível para a mesma coisa ser e não ser"? E grande parte dos povos analfabetos e selvagens passa muitos anos, mesmo durante sua idade racional, sem jamais pensar nesta e semelhantes proposições gerais. Concedo que os homens não chegam ao conhecimento destas verdades gerais e mais abstratas, que são tidas como inatas, antes de atingirem o uso da razão, e acrescento, nem então tampouco. Isto é assim porque, mesmo após terem atingido o uso da razão, estas idéias gerais abstratas não estão formadas na mente, sobre as quais são formadas estas máximas gerais, que são equivocadamente consideradas princípios inatos, mas são realmente descobertas feitas e verdades introduzidas e levadas à mente pelo mesmo modo, e descobertas pelos mesmos passos, como várias outras proposições, que ninguém jamais foi tão extravagante para supô-las inatas.

14. Se a posse do uso da razão fosse o instante de sua descoberta, isto não as provaria inatas. Mas, em segundo lugar, se fosse verdade que o instante exato em que são conhecidas e aceitas correspondesse à posse do uso da razão pelos homens, nem isto as provaria inatas. Esta maneira de argüir é tão frívola como a própria suposição é falsa. Com efeito, por qual tipo de lógica se mostrará que qualquer noção está originalmente por natureza impressa na mente em sua primeira constituição, porque isso começa a ser observado e aceito quando uma faculdade da mente, que tem um campo bem diferente, começa a se exercitar?

15. Os passos pelos quais a mente alcança várias verdades. Os sentidos inicialmente tratam com idéias *particulares*, preenchendo o gabinete ainda vazio, e a mente se familiariza gradativamente com algumas delas, depositando-as na memória e designando-as por nomes. Mais tarde, a mente, prosseguindo em sua marcha, as vai abstraindo, apreendendo gradualmente o uso dos nomes gerais. Por este meio, a mente vai se enriquecendo com idéias e linguagem, *materiais* com que exercita sua faculdade discursiva. E o uso da razão torna-se diariamente mais visível, ampliando-se em virtude do emprego desses materiais. Embora a posse de idéias gerais, o uso de palavras gerais e a razão geralmente cresçam juntos, não vejo como isto possa de algum modo prová-las inatas. Concordo que o conhecimento de algumas verdades aparece bem cedo na mente, mas de modo tal que mostra que não são inatas. Pois, se observarmos, descobriremos que isto continua também com as idéias não-inatas, mas adquiridas, sendo aquelas primeiras impressas por coisas externas, com as quais as crianças se deparam bem cedo, ocasionando as mais freqüentes im-

pressões em seus sentidos. Nas idéias assim apreendidas, a mente descobre que algumas concordam e outras diferem, provavelmente tão logo tenha uso da memória, tão logo seja capaz de reter e receber idéias distintas. Mas, quer isto seja ou não existente naquele instante, uma coisa é certa: existe muito antes do uso de palavras, ou chega antes do que ordinariamente denominamos "o uso da razão". Pois uma criança sabe como certo, antes de poder falar, a diferença entre as idéias de doce e amargo (isto é, que o doce não é amargo), como sabe depois (quando começa a falar) que a amargura e a doçura não são a mesma coisa.

17. O assentimento dado tão logo as idéias sejam propostas e entendidas não as prova inatas. Desta evasiva, portanto, do assentimento geral quando os homens chegam ao uso da razão, ausente como o é, e não revelando nenhuma diferença entre as supostas verdades inatas e outras adquiridas e aprendidas, os homens têm tentado assegurar um assentimento universal às que denominam máximas, afirmando que são geralmente aceitas logo que propostas, e os termos por eles propostos são entendidos: abarcando todos os homens, até as crianças, tão logo ouvem e entendem os termos, concordam com estas proposições, inferem que isto é suficiente para prová-las inatas.

18. Se tal assentimento é o sinal de inatismo, segue-se que "um mais dois é igual a três, que doçura não é amargura", e milhares semelhantes, devem ser inatas. Em resposta a isso, pergunto: o assentimento imediato dado a uma proposição, com base na primeira audição e entendimento dos termos, deve ser o sinal seguro de um princípio inato? Se isto não é assim, tal assentimento geral será em vão assinalado como uma prova deles: se for afirmado que este é o sinal do inatismo, devem então concordar que todas as proposições inatas são aquiescidas tão logo ouvidas, a partir das quais eles se descobrirão plenamente armazenados com princípios inatos. Com base no mesmo princípio, a saber, o assentimento a partir da audição inicial e entendimento dos termos, os homens que teriam estas máximas supostas como inatas têm igualmente que admitir várias proposições acerca dos números como inatas. Mesmo a filosofia natural e todas as outras ciências compreendem proposições que estão certas de topar com o assentimento tão logo sejam entendidas. Que "dois corpos não estão no mesmo lugar" consiste numa verdade tão inconfundível como esta máxima que "é impossível para uma mesma coisa ser e não ser", que "branco não é preto", que "um quadrado não é um círculo", que "a amarelidão não é doçura". Mas, desde que nenhuma proposição pode ser inata, a menos que as idéias acerca das quais ela se constitui sejam inatas, isso leva a supor como inatas todas as idéias de cores, sons, gostos, figuras etc.; e não pode haver nada tão contrário à razão e à ex-

periência. O assentimento universal e imediato baseado na audição e entendimento dos termos consiste, concordo, num sinal de algo evidente por si mesmo; mas evidente por si mesmo, não dependente de impressões inatas de alguma outra coisa, pertencente a várias proposições. Ninguém foi até agora tão extravagante a ponto de supô-las inatas.

CAPÍTULO II

NÃO HÁ PRINCÍPIOS PRÁTICOS INATOS

1. Nenhum princípio moral é tão claro e geralmente recebido como as máximas especulativas anteriormente mencionadas. Como ficou provado, estas máximas especulativas, descritas por nós no capítulo anterior, não têm real assentimento universal de todos os homens. Isto é ainda muito mais patente com respeito aos *princípios práticos*, que não alcançam uma recepção universal. Penso que será difícil ilustrar qualquer regra moral com a mesma pretensão de ter o assentimento geral e imediato da que diz "o que é, é" ou ter uma verdade tão manifesta como esta: "é impossível para uma mesma coisa ser e não ser". Por mais que seja evidente que elas se distanciem posteriormente do título de inatas, a dúvida de que elas são impressões nativas na mente é muito mais forte em relação aos princípios morais do que aos outros. Nem isto coloca de modo algum sua verdade em questão. Elas são igualmente verdadeiras, embora não igualmente evidentes.

2. A fé e a justiça não são compreendidas por todos os homens como princípios. Para averiguar se existe um desses princípios morais acerca dos quais todos os homens concordam, sou levado a apelar para alguém que esteja moderadamente familiarizado com a história da humanidade, que tenha olhado além da fumaça de sua própria chaminé. Onde se encontra esta verdade prática, recebida universalmente, sem dúvida ou questão, como devia ser se fosse inata? A justiça e a conformidade ao contrato consistem em algo com que a maioria dos homens parece concordar. Constitui um princípio julgado estender-se até aos esconderijos dos ladrões e às confederações dos maiores vilões; e os que se afastaram a tal ponto da própria humanidade conservam entre si a fé e as regras da justiça. Concordo que os próprios proscritos agem, deste modo, entre si, mas sem que isto seja recebido como leis inatas da natureza. Praticam-nas como leis de conveniência dentro de suas próprias comunidades, sendo impossível imaginar que a justiça é vista como um princípio prático por